

A questão nacional

não entrou na questão eleitoral

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado, RJ 06/10/2018



Desde o momento em que o capitalismo financeiro, que denomino banca, dominou o mundo capitalista, novas prioridades passaram a definir a luta dos povos por suas independências. E, como é óbvio, este novo poder dominante criou novos mitos, novas questões para desviar desta luta seus principais conteúdos, quais sejam as ações nacionais pela soberania e pela cidadania.

Ter colônia de escravos, e no mínimo número necessário para produzir seus lucros, é o objetivo da banca.

Temos, por exemplo, a violência e a corrupção como temas eleitorais, em 2018, enquanto se entregam bens insubstituíveis de propriedade do Brasil aos estrangeiros. Bens naturais, dádivas de um território rico, e bens intelectuais, fruto do esforço e dos investimentos dos brasileiros como a Embraer e a tecnologia de produção de petróleo em águas ultraprofundas.

A banca e suas ações no poder

A banca assumiu o poder em 1990. Pode-se estabelecer data diversa, mas foi naquele ano - após as desregulações financeiras adotadas pelo Reino Unido (Margaret Thatcher) e pelos Estados Unidos da América (EUA) (Ronald Reagan) e tendo fim o socialismo industrial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - que a banca pode incorporar em seus ativos toda imensa fortuna dos ilícitos - tráficos de droga, das escravidões humanas, comércio de órgãos humanos, vendas de armas, enfim, dos valores colossais de todos os crimes - uma vez revogadas as regulamentações financeiras que impediam ou criavam dificuldade para suas inclusões formais nas transações internacionais.

A banca já constituía os paraísos fiscais mas, com esta liberdade de ação, eles seriam estimulados e fortalecidos. O economista Gabriel Zucmann, em notícia no BBC News, afirma que 55% dos lucros das empresas estadunidenses passa por paraísos fiscais.

Usando dados do Fundo Monetário Internacional (FMI - World Economic Outlook) verificamos que a economia, formalizada, em valores constantes, cresceu 2,1 vezes entre 1980 e 2000, e 1,5 vezes entre 1990 e 2000. Pode-se entender, que este acréscimo no último decênio do século XX foi possível, em boa parte, pela inclusão de valores até então não passíveis de contabilização.

E a banca, especialista em lavagem de dinheiro, passa a constituir fundos financeiros com os quais comprará as grandes empresas internacionais. Meu prezado leitor já sabe que a Unilever, a General Motors, a Exxon, a BP, a Ford, a Colgate-Palmolive, a IBM, e toda multinacional que queira conferir, terá entre seus principais acionistas o Blackrock, o Vanguard, o State Street e outros trilionários fundos de investimentos. E que seus investidores, em significativo montante financeiro, tem origem em paraísos fiscais.

Com a expansão desregulamentadora pelo mundo - por fraudes eleitorais, golpes e compra de congressos/dirigentes - criou-se o mito da globalização, que apenas se aplica às finanças; para tudo mais, serão necessárias permissões, de um passaporte, de uma autorização para constituição de negócio comercial ou industrial ou para construção de estrada etc.

A tomada do Estado pela banca

Como é evidente, para conseguir as desregulações, mantê-las e evitar os custos e constrangimentos de burocracias individualizadas por Estados, assim como ônus tributários redutores dos lucros, a banca passar a tomar os Estados Nacionais ou demoli-los por revoltas provocadas (primaveras árabes

).

Fiquemos, tanto quanto possível, no Brasil. Em 1989, por fraude nas informações, os brasileiros votaram em Collor, cujas primeiras medidas, a título de desburocratizar, criar o Estado mínimo e outras baboseiras, congelou as poupanças e investimentos (valeriam menos ao serem descongelados) e abriu o caminho para banca. Em seguida a banca passa ao programa de privatizações, retirando poder do Estado e transferindo para as empresas que seriam ou já estavam sendo compradas pelos fundos financeiros. Com Fernando Cardoso a banca foi o próprio governo, revogando tudo que fora conseguido pelas forças nacionalistas e progressistas na Constituição de 1988. Conseguiu até extinguir os ministérios militares, no embalo da oposição à ditadura.

Neste momento, a banca já construía sua nova ditadura jurídico-midiática, expandindo para parlamentar, pela pressão das mídias e da Lava Jato.

Veja o caro leitor, que não há espaço para amadorismo. A banca chega ao poder com a academia, que lhe proporciona os melhores cérebros para simulações, e com a comunicação de massa, em todos os veículos, inclusive aqueles que influenciarão os novos acadêmicos e a intelectualidade progressista.

Assim como já utilizara a ecologia, na primeira metade do século XX, para combater o capitalismo industrial, a banca incentiva as questões transversais - feminismo, liberdade sexual, uso de drogas, homoafetividade, religiosidades - para desfocar a luta nacionalista e desenvolvimentista.

Para combater os partidos e lideranças contra os projetos da banca, esta usa seu aliado: o judiciário. Em outro tempo, o capitalismo industrial incentivou, a partir da própria nação colonizadora, a junção com os militares: complexo industrial-militar. Foi assim que se construíram, majoritariamente, os golpes no século XX.

Agora se darão pelas Lava Jato, pela luta contra corrupção, o que chega a ser incrivelmente cínico pois a corrupção é, sempre foi, arma da banca.

Equador, Argentina estão sofrendo suas Lava Jato para Presidentes que não se curvaram à banca. Como o judiciário venezuelano não se deixou comprar, a ameaça sobre a Venezuela é a invasão dos EUA com suas colônias vizinhas: Brasil e Colômbia.

Mudando paradigmas de poder

Em sintética referência histórica, a partir da Idade Média europeia, o poder se expressou pela propriedade fundiária e pela propriedade da dívida, sucessivamente. Tanto o mercantilismo, como o impulso colonial estiveram a serviço destes poderes nacionais. O fenômeno industrial é moderno e teve seu empoderamento com o desenvolvimento estadunidense.

O poder da dívida, que se expressa na banca, difere não apenas pelas tecnologias da informação e da comunicação, mas pelas novas demandas da sociedade. Por isso, a banca global, do século XXI, não repete o financismo das oligarquias rurais brasileiras da I República, ou República Velha, secundando o financismo inglês.

Hoje há, efetivamente, o poder do capital sem pátria, como o qualificava Karl Marx, e até financismos regionalizados, como da República Popular da China (China).

É de suma importância saber retirar as maquiagens e verificar o que representa, efetivamente, o poder nacional e que outros poderes, nosso poder nacional pode, eventualmente, ter como aliado e como opositor.

Com todas as ressalvas da análise pessoal, apontaria cinco manifestações de poder atuando no mundo, nesta segunda década do século XXI:

- 1) **a banca**, o mais poderoso e com maior atuação, dominando estruturas de Estados e, por óbvio, o sistema financeiro internacional

e seus organismos: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu (BCE), e a quase totalidade dos Bancos Centrais, principalmente os que não sejam do Estado Nacional, como o Banco da Inglaterra e o estadunidense (Sistema de Reserva Federal - FED), e os que tenham total autonomia como o Banco do Japão;

- 2) **renascimento industrial dos EUA**, surgido com a eleição de Donald Trump, que pretende retomar a condição de árbitro dos negócios internacionais, com acordos preferenciais, perdido para a banca e, na análise estadunidense, também para a China, ao tempo que incentiva, igualmente, seu complexo industrial-militar. A bem da verdade, este sistema já vem produzindo frutos, aumentou o número de empregados e o valor de salários estadunidenses e, gradualmente, as taxas de juro;
- 3) **desenvolvimentismo russo**. Após a queda do comunismo, a Federação Russa (Rússia) foi tomada pela banca e pela marginalidade que vivia no submundo soviético. A chegada de Putin renovou o industrialismo e a pesquisa científica e tecnológica. Hoje, a Rússia dispõe de armamentos mais avançados do que os EUA e tem presença marcante nos conflitos em seu entorno. Está lutando em várias frentes, com bloqueios e sanções, mas conseguindo manter apoio interno e desenvolvimento e sua expansão asiática, velha política dos czares;
- 4) **desenvolvimentismo chinês**, com financismo à margem da banca. É sempre complexa a análise de um império milenar, que foi a grande potência do século XV, mas não se dedicou à colonização, fora de seus espaços geográficos mais restritos. Ainda hoje, a China se especializa na batalha comercial e, mais recentemente, nos empréstimos internacionais. Mas seu uso da dívida é comercial,

tanto para venda de produtos como para garantia de insumos, e não, por enquanto, da dominação colonial;

- 5) **desenvolvimentismos autônomos.** São casos de países de pequena população e expressão internacional, como países nórdicos e a Bolívia, com características diversas. O Brasil tentou e fracassou nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas não é objetivo deste artigo estudar esta questão.

Desde o fim dos governos militares (1967-1985) o Brasil perdeu um projeto nacional de poder.

É até curioso verificar quantas semelhanças encontramos no tenentismo com o Brasil pós-golpe.

Os governos de Collor e Fernando Cardoso conduziram o País para a República Velha, talvez para o Império. Nenhum projeto de nação, destruição das conquistas industriais, tecnológicas, submissão vergonhosa ao interesses coloniais. É preciso ter claro que os interesses da banca e dos EUA se conjugavam no novo modelo colonizador, assimilado pelas elites brasileiras.

Cabe pequena reflexão sobre esta elite.

Darcy Ribeiro, este gênio brasileiro, antropólogo, pedagogo, pensador, afirmava serem nossas elites maldosas e mesquinhas, acrescento ignorantes e covardes. Parodiando Euclides da Cunha, diria que lhes agrada a postura servil, curvada ao estrangeiro, embora invejosa e cruel com os que dela dependam.

Os raros momentos em que parcela desta elite, crítica e nacionalista, buscou um projeto ou o fortalecimento da nação foi-lhe atirada, com injustiça e apoio estrangeiro, a pecha de corrupto. Assim ocorreu com Getúlio Vargas (morreu mais pobre do que nasceu, tendo sido ditador e presidente eleito por quase 20 anos), Juscelino Kubitschek, João Goulart e Lula.

A Era Vargas, que juntou o poder nacional ao reconhecimento dos direitos sociais, tem sido objeto da destruição de todos os governantes, representantes desta alienada elite brasileira e, em consequência, de interesses estrangeiros. O período militar também não foi o da expressão desta elite, principalmente no Governo Geisel, mas a opressão do poder e a covardia calaram estas elites.

Quem são seus representantes? Os escravistas, os racistas, os que se envergonham da nacionalidade brasileira e buscam, mesmo remotamente, origens europeias para se justificarem. Os que fraudam impostos e direitos dos outros, Mas, são, principalmente, os ignorantes, como a imensa maioria da denominada classe média, que, sem qualquer capacidade de entender nossa realidade, acusam o pobre, por ser pobre, de prejudicar o país.

Esta elite, só a contragosto ou por interesse político, mora no Brasil.

Reconstruindo um paradigma para o Brasil

Os tenentistas tiveram esta análise e seus movimentos, ainda que desarticulados, nos anos 1920, buscavam a saída pela educação e pela industrialização. O golpe de 2016 buscou retroceder exatamente na industrialização e na educação; a Lava Jato, o corte de gastos são a demonstração, como se fosse necessária, tão evidente é sua ação.

Os partidos políticos do atraso foram, no passado, a União Democrática Nacional (UDN), hoje, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e seus parceiros Democratas (DEM) e Partido Progressista (PP). A imensa maioria dos políticos e dos partidos não tem posição nacional, por incrível que possa parecer. São paroquiais: pelas regiões ou propósitos clientelistas. O que não exclui, evidentemente, algumas poucas figuras políticas.

O professor André Martin, da Universidade de São Paulo, em palestra no Congresso, defendeu a ideologia "meridional" para o desenvolvimento nacional. Sem dúvida uma proposta bem fundamentada e interessante. Mas,

entendo que mais importante, neste momento, é desconstruir a pedagogia colonial. Esta está de tal modo entranhada em nossas mentes que, mesmo com quase trinta anos de domínio da banca, ainda há, e não poucos, brasileiros que raciocinam em termos de guerra fria. Ou com receio do comunismo ou com novos "comunismos", os bolivarianismos.

O professor Martin, com clareza e correção, afirmou que sem uma ideologia nacional não se constrói uma nação. E deve ser generosa, não imperialista. Realmente, os EUA, antes de vender o anticomunismo, construíram o "american way of life" como ideologia conquistadora.

Na construção da cidadania, como venho escrevendo, é parte integrante a construção da consciência, de sua própria existência, da aceitação de seu ser, do respeito aos outros, e, certamente, da consciência nacional brasileira.

A campanha eleitoral revelou, além de toda farsa e fraude que o poder jurídico-midiático nos impôs, um sentimento de reerguimento nacional que pode e deve, no sentido da construção do poder nacional, se dar pelas Forças Armadas.

O fortalecimento das Forças Armadas, como visto pelos tenentes, se efetiva pela educação e pela industrialização. Sem esta importação imbecil da luta contra a corrupção, como ideal brasileiro.

Este não é projeto de um antagonismo, impróprio para nosso momento, mas da reconstrução do Brasil, soberano e cidadão.

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/a-questao-nacional-nao-entrou-na-questao-eleitoral/>

